



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 29/XIII/ 3.ª SL

Em 14 de fevereiro de 2018, pelas 10 horas e 25 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

Audição da Ministra da Justiça ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, com a inclusão de dois pontos autónomos:

- 1. O Relatório «Olhar o futuro para guiar a ação presente - Relatório sobre o sistema prisional tutelar», publicado em setembro de 2017 (a [requerimento](#) do Grupo Parlamentar do BE);**
- 2. A alegada possibilidade de o Governo estar a estudar a atribuição de funções desempenhadas por guardas prisionais a outras entidades, em regime de outsourcing (a [requerimento](#) do Grupo Parlamentar do BE).**

Aberta a reunião, o Senhor Presidente, Deputado Bacelar Vasconcelos (PS), deu as boas vindas à Senhora Ministra da Justiça (Francisca Van Dunem), à Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Justiça (Helena Mesquita Ribeiro), à Senhora Secretária de Estado da Justiça (Anabela Pedroso) e à restante equipa.

O Senhor Presidente deu em seguida a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), para apresentação dos dois pontos autónomos da audição, na qualidade de requerente, a que a Senhora Ministra deu resposta. Seguiram-se as intervenções dos Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD), Filipe Neto Brandão (PS), Vânia Dias da Silva (CDS/PP) e Jorge Machado (PCP).

Teve em seguida início a audição regimental da Senhora ministra, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do RAR. Após a [intervenção inicial](#) da Senhora Ministra, usaram da palavra os Senhores Deputados Andreia Neto (PSD), Filipe Neto Brandão (PS), José Manuel Pureza (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP), tendo a Senhora Ministra da Justiça respondido individualmente às questões colocadas. Intervieram ainda, para pedidos de esclarecimento, os Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS), Andreia Neto e Sara Madruga da Costa (PSD) e Vânia Dias da Silva (CDS/PP), a que a Senhora Ministra e a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Justiça deram resposta final conjunta.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 29/XIII/ 3.ª SL

A solicitação dos Grupos Parlamentares do PSD e do PCP, a Senhora Ministra anunciou que enviaria aos Deputados da Comissão dois documentos: o relatório, de novembro de 2017, do Grupo de Trabalho constituído para avaliação da aplicação do novo Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores e, bem assim, o estudo de reavaliação da reorganização judiciária nos tribunais comuns.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente da Comissão deu por concluída a audição, agradecendo à Senhora Ministra da Justiça e às Senhoras Secretárias de Estado os esclarecimentos prestados.

Na sequência da audição, a Senhora Ministra prestou à Comissão o seguinte esclarecimento escrito:

Na audição regimental desta manhã, pronunciando-me sobre o sistema de trabalho por turnos do Corpo da Guarda Prisional e referindo-me à obrigação de realização de trabalho extraordinário, afirmei que o trabalho extraordinário apenas tinha lugar de cinco em cinco semanas.

Fi-lo convicta da exatidão da informação que me fora facultada pelos serviços.

Verifiquei, entretanto, que a periodicidade não é de cinco em cinco semanas mas de seis em seis dias, resultando a indicação que tinha de um erro de comunicação.

Por imperativo de verdade e de elementar respeito pelo Parlamento e pela Comissão a que V.Exª dignamente preside, venho formalizar um pedido de correção, que peço seja levado ao conhecimento dos senhores deputados membros dessa Comissão e fique a constar da ata respetiva.

Esta correção não anula o juízo que faço sobre a maior adequação do novo horário às justas exigências de remuneração do trabalho que vinham sendo formuladas pelos trabalhadores do Corpo da Guarda Prisional e, bem assim, à possibilidade de compatibilização da sua vida profissional e familiar.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 29/XIII/ 3.ª SL

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de fevereiro de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 29/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Elza Pais
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Fernando Rocha Andrade
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
José Luís Ferreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Teresa Moraes
Vânia Dias da Silva
Jorge Lacão
Jorge Machado

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
António Gameiro
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Paulo Rios de Oliveira